

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2009/2010**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR017147/2009**

FEDERACAO TRAB IND CONSTRUCAO MOB EST GOIAS TOCANTINS, CNPJ n. 33.637.976/0001-29, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). PATROCINIO BRAZ CONCENTINO, CPF n. 025.739.111-87;

SINDICATO DOS TRABS NAS INDS DA C E DO MOB DE GOIANIA, CNPJ n. 01.640.911/0001-46, neste ato representado(a) por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). PATROCINIO BRAZ CONCENTINO, CPF n. 025.739.111-87;

SINDICATO DOS TRAB NAS IND DA CONST MOB DE ITUMBIARA GO, CNPJ n. 03.295.623/0001-27, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). LUIS CARLOS DA SILVA, CPF n. 546.365.661-49;

SINDICATO TRAB INDUSTRIA CONST MOBILIARIO DE JATAI, CNPJ n. 01.340.900/0001-40, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). DIONISIO SILVA DUTRA, CPF n. 020.821.011-34;

SINDICATO DOS TRAB NAS INDUSTRIAS DA CONST MOB SAO SIMA, CNPJ n. 00.575.445/0001-08, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE PAULO DE FREITAS SILVA, CPF n. 530.221.221-87;

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONST CIVIL SUD GOIANO, CNPJ n. 25.040.114/0001-96, neste ato representado(a) por seu Membro da Junta Governativa, Sr(a). ANTONIO MARTINS FERREIRA, CPF n. 311.283.511-53;

E

SINDICATO IND GESSO DECOR ESTUQUES E ORNATOS EST GOIAS, CNPJ n. 33.638.354/0001-15, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE LUIS MARTIN ABULI, CPF n. 617.428.058-68;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de maio de 2009 a 30 de abril de 2010 e a data-base da categoria em 1º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Todos os trabalhadores das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos nas bases territoriais das entidades convenentes, conforme abaixo discriminados** 1) **SINDICATO DE GOIÂNIA:** Municípios de Aparecida de Goiânia, Caturai, Hidrolândia, Inhumas, Itaucú, Goianira, Goianópolis, Guapó, Nerópolis, Nova Veneza, Morrinhos, Palmeiras de Goiás, Trindade e Goiânia; 2) **SINDICATO DE JATAI:** Município de Jatai, Mineiros, Serranópolis, Portelândia, Chapadão do Céu e Santa Rita; 3) **SINDICATO DE ITUMBIARA:** Municípios de Itumbiara, Cachoeira Dourada, Bom Jesus, Panamá, Buriti Alegre, Goiatuba, Inaciolândia e Porteirão. 4) **SINDICATO DE SÃO SIMÃO:** Municípios de São Simão, Paranaiguara, Cachoeira Alta, Caçú e Itarumã; 5) **SINDICATO DE RIO VERDE:** Municípios de Rio Verde, Santo Antônio da Barra, Castelândia, Montividiu, Turvelândia, Iporá, Caiapônia, Goverlândia, Amorinópolis, Santa

Helena de Goiás, Quirinópolis, Paranaigura, Maruilândia e Acreuna. 6) SINDICATO DO SUDOESTE GOIANO: Município de Quirinópolis, Acreúna, Santa Helena de Goiás e Maurilândia. 7) FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES: Estado de Goiás, exceto nos municípios em que existam sindicatos da categoria; com abrangência territorial em GO.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO

PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - DISCRIMINAÇÃO DE FUNÇÃO E PISOS

As Entidades convenentes adotam a seguinte classificação das funções:

a) Ajudante; b) Meio Oficial; c) Fundidor de Peças; d) Oficial modelador, oficial corredor de gesso, f) oficial montador, g) Encarregado.

Transcorrido 12 meses na função, o meio oficial será promovido a oficial, automaticamente.

Uma vez anotado na Carteira Profissional (CTPS) a função do empregado, através do salário recebido, não poderá haver alterações mesmo por outra firma sob

alegação de estar o trabalhador, prestando serviço de outra categoria, ressalvando a hipótese de promoção do trabalhador.

Os salários dos profissionais abaixo relacionados terão os seguintes valores:

FUNÇÕES	
1) AJUDANTE	R\$ 465,00
2) MEIO OFICIAL	R\$ 500,00
3) FUNDIDOR DE PEÇAS	R\$ 500,00
4) OFICIAL MODELADOR	R\$ 550,00
5) OFICIAL CORREDOR DE GESSO	R\$ 550,00
6) OFICIAL MONTADOR	R\$ 580,00
7) ENCARREGADO	R\$ 750,00

O Piso Salarial dos trabalhadores sem qualificação profissional será de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais).

PARÁGRAFO 1º - Os vigias diurnos e noturnos terão o Piso do Ajudante acrescido dos adicionais legais.

PARÁGRAFO 2º - Para o empregado que recebe por produção ou qualquer outro tipo de pagamento variável de salário, a remuneração das férias, do 13º salário, bem como o pagamento das verbas rescisórias, terão como base de cálculo a média física, nos últimos três meses.

PARÁGRAFO 3º - O valor médio das variáveis será acrescido ao piso salarial, obtendo-se assim a remuneração média do empregado.

PARÁGRAFO 4º - Os aumentos dos salários, durante a vigência da presente Convenção, serão efetuados de acordo com a legislação vigente, e/ou por acordo intersindical.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO DOS SALÁRIOS

– Os pagamentos dos salários serão efetuados mensalmente no máximo até o 5º dia útil conforme legislação específica.

PARÁGRAFO 1º - Será efetuado a todos os trabalhadores um adiantamento salarial correspondente a 30% do salário, até o dia 20 de cada mês.

PARÁGRAFO 2º - As empresas fornecerão aos seus empregados, por ocasião do pagamento mensal dos salários, comprovante nos quais constarão: salários recebidos, número de horas extras, descontos efetuados, adicionais pagos, descanso semanal remunerado, além de outros valores que acresçam ou onerem a remuneração.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES

NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - DO CONTRATO DE EXPERIENCIA

- O contrato de experiência poderá ter a duração de até 90 (noventa) dias, na forma da lei, obrigando-se o empregador a fazer anotação do mesmo na CTPS do empregado conforme disposto na CLT.

PARÁGRAFO ÚNICO – No caso de readmissão de empregado, na mesma empresa para a mesma função, dentro de um período de 6 meses após o término de contrato anterior, fica vedada a utilização do contrato de experiência.

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA SEXTA - DA QUITAÇÃO FINAL DO DESLIGAMENTO

Fica fixado em no máximo 10 (dez) dias ocorridos, o prazo para o acerto final com os empregados da empresa quando se tratar desligamento imediato e quando mediante emissão de Aviso Prévio por qualquer das partes, inclusive acordo, no máximo ao 1º dia útil seguinte ao vencimento deste.

PARÁGRAFO 1º – A empresa que por motivo justificado, como ausência do empregado, deixar de fazer a quitação final devida ao empregado dentro do prazo estipulado nesta Convenção, deverá comunicar o fato a Entidade Classista Laboral para que não fique obrigada ao pagamento de salários e quaisquer outras penalidades que possam ser reivindicadas.

PARÁGRAFO 2º – Ocorrendo à dispensa ou demissão de qualquer empregado, por qualquer motivo, a empresa fornecerá a pedido do empregado desligado, declaração de rendimentos para fins de imposto de renda, atestado de afastamento e salários – AAS, para fins de benefícios do INSS.

PARÁGRAFO 3º – O reajuste determinado no curso do Aviso Prévio beneficia o empregado pré-avisado da despedida, mesmo que tenha recebido antecipadamente os salários correspondentes ao período de aviso prévio que integra o seu tempo de serviço para todos os efeitos legais.

PARÁGRAFO 4º – O Sindicato suscitante poderá solicitar da empresa o motivo de dispensa do empregado, por escrito e mediante recibo, sob pena de gerar presunção de dispensa imotivada.

PARÁGRAFO 5º – As empresas ficam obrigadas a apresentar no ato da homologação da rescisão contratual de seus empregados, comprovante de quitação da contribuição sindical.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES

QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CLÁUSULA SÉTIMA - DO EMPREGADO ESTUDANTE

- É assegurado ao empregado estudante, abono de faltas nos dias de provas e exames em estabelecimentos de ensino oficial ou reconhecido, desde que comprove a realização dos exames e mensalmente, a assiduidade as aulas.

CLÁUSULA OITAVA - DOS CURSOS DE INTERESSE DA CATEGORIA

Ao empregado indicado pela Entidade de Classe Laboral para participar de cursos de interesse da categoria, fica suspenso o contrato de trabalho, considerando-se o período de afastamento como serviço efetivo, sem qualquer ônus para o empregador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias e no máximo de 60 (sessenta) dias, comprometendo-se este à assegurar-lhe, quando do retorno do empregado, o cargo, vantagens e função em que se encontrava investido.

TRANSFERÊNCIA SETOR/EMPRESA

CLÁUSULA NONA - DO DESLOCAMENTO E TRANSFERENCIA DO EMPREGADO

A empresa que em função de serviço em outras localidades, tiverem que deslocar seus empregados, ficarão desde já na obrigação de cobrir todas e quaisquer despesas de viagem e mudança.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS

DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA DÉCIMA - DA JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho ficará fixada em 44 (quarenta e quatro) horas semanais, distribuídas de segunda a sexta-feira. O sábado será considerado dia livre sendo admissível a prestação serviço sob regime de horas extras ou como compensação de jornada, conforme acordo entre as partes.

DESCANSO SEMANAL

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REPOUSO SEMANAL

Em se tratando da remuneração variável, nesta deverá incidir no cálculo da remuneração do repouso a razão de 1/6 do valor produzido na semana.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FERIADO

Será considerado descanso remunerado o dia de Finados.

FÉRIAS E LICENÇAS

LICENÇA REMUNERADA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ATESTADOS MEDICOS

– Os empregadores ficam obrigados a aceitar os atestados médicos e odontológicos fornecidos pela Entidade Laboral, para fins de abono de falta e remuneração.

PARÁGRAFO 1º - Ficam excluídas dessa obrigação as empresas que possuem serviço médico próprio.

PARÁGRAFO 2º - A exclusão a que se refere o parágrafo anterior não abrange os atestados odontológicos da Entidade Profissional.

PARÁGRAFO 3º - A remuneração correspondente aos atestados médicos será quitada no primeiro pagamento subsequente.

LICENÇA MATERNIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ESTABILIDADE

– A empregada gestante, fica assegurada estabilidade de até 60 (sessenta) dias após cessado o auxílio previdenciário.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para fins de proteção a maternidade, a prova de encontrar-se a empregada em estado de gravidez poderá ser feita mediante atestado médico, ficando a mesma obrigada a exibir ao empregador o referido atestado até a data do afastamento previsto no artigo 392 da CLT.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORNECIMENTO DE EPI

Serão fornecidos equipamentos de proteção individual, quando exigidos por lei ou pelo empregador, obrigando-se o empregado a devolução dos equipamentos e uniformes no ato da rescisão contratual.

UNIFORME

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORNECIMENTO DE UNIFORME

Serão fornecidos gratuitamente pela empresa os uniformes, quando exigidos por lei ou pelo empregador, obrigando-se o empregado a devolução dos equipamentos e uniformes no ato da rescisão contratual

RELAÇÕES SINDICAIS

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DO EMPREGADO

- **SINDICATO DE GOIÂNIA** - Com fundamento na decisão emanada da Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 14 de março de 2009, os empregadores se obrigam a descontar, compulsoriamente, de seus empregados associados ou não ao Sindicato, a título de Contribuição Assistencial o valor

correspondente a 5% (cinco por cento) do salário de cada

empregado, referente ao mês de maio de 2009 e 5% (cinco por cento) do salário de cada empregado, referente ao mês de novembro de 2009.

PARÁGRAFO 1º: Os empregados que nos meses destinados aos descontos desta contribuição estiverem afastados do trabalho por qualquer motivo, terão o desconto no mês seguinte ao retorno ao trabalho, o mesmo se aplicando aos empregados admitidos após os meses de maio/2009 e novembro/2009, exceto aqueles que já tenham efetuado a contribuição em outra empresa na mesma categoria profissional;

PARÁGRAFO 2º: Os descontos previstos nesta cláusula deverão ser recolhidos em favor da Entidade de Classe dos Trabalhadores até o 5º dia útil do mês subsequente ao do desconto, nas Agências da CEF, agências Lotéricas ou na tesouraria do Sindicato Laboral sito na Rua 05, nº. 23, Centro, em guias próprias fornecidas pelo sindicato;

PARÁGRAFO 3º: Os descontos previstos neste Capítulo ficam limitados à parcela salarial de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

- **SINDICATO DE JATAÍ:** Com fundamento na decisão emanada da Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 21 de março de 2009, os empregadores se obrigam a descontar compulsoriamente do salário de seus empregados, a importância equivalente a 5% (cinco por cento) em maio/2009 e 5% (cinco por cento) em novembro/2009, ou no mês subsequente à admissão.

PARÁGRAFO 1º: Os descontos previstos neste Capítulo ficam limitados à parcela salarial de 10 (dez) salários mínimos.

PARÁGRAFO 2º: As importâncias descontadas serão depositadas pelas empresas até o 5º dia útil do mês subsequente ao do desconto, em qualquer agência da CEF, para crédito do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção e do Mobiliário de Jataí - GO, conta número 24-5, Agência Jataí - GO.

PARÁGRAFO 3º: Os empregados que nos meses destinados aos descontos desta contribuição estiverem afastados do trabalho por qualquer motivo, terão o desconto no mês seguinte ao retorno ao trabalho, o mesmo se aplicando aos empregados admitidos após os meses de maio/2009 e novembro/2009, exceto aqueles que já tenham efetuado a contribuição em outra empresa na mesma categoria profissional;

- **SINDICATO DE ITUMBIARA:** Com fundamento na decisão emanada da Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 14 de março de 2009, os empregadores se obrigam a descontar do salário de seus empregados, compulsoriamente, a importância equivalente a 5% (cinco por cento) em maio/2009 e 5% (cinco por cento) no mês de novembro/2009, ou do 1º mês de trabalho quando admitido após os referidos meses, até abril de 2010.

PARÁGRAFO 1º-Os descontos previstos neste Capítulo ficam limitados à parcela salarial de 10 (dez) salários mínimos.

PARÁGRAFO 2º-As importâncias descontadas serão depositadas pelas empresas até o 5º dia útil do mês

subseqüente ao do desconto, em qualquer agência da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para crédito do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção e do Mobiliário de Itumbiara-GO conta número 962-4, Agência 0015, Praça da República, n° 456, centro, Itumbiara-GO.

PARÁGRAFO 3º: Os empregados que nos meses destinados aos descontos desta contribuição estiverem afastados do trabalho por qualquer motivo, terão o desconto no mês seguinte ao retorno ao trabalho, o mesmo se aplicando aos empregados admitidos após os meses de maio/2009 e novembro/2009, exceto aqueles que já tenham efetuado a contribuição em outra empresa na mesma categoria profissional;

SINDICATO DE SÃO SIMÃO: Com fundamento na decisão emanada da Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 11 de março de 2009, os empregadores se obrigam a descontar compulsoriamente do salário de seus empregados, a importância equivalente a 5% (cinco por cento) em maio/2009 e 5% (cinco por cento) em novembro/2009, ou no mês subseqüente à admissão.

PARÁGRAFO 1º: Os descontos previstos neste Capítulo ficam limitados à parcela salarial de 10 (dez) salários mínimos.

PARÁGRAFO 2º: As importâncias descontadas serão depositadas pelas empresas até 5º dia útil do mês subseqüente ao desconto na folha de pagamento do empregado, em qualquer agência do BANCO DO BRASIL, para crédito do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção e do Mobiliário de São Simão-GO conta número 31.712-8, Agência 3641-2 São Simão-GO.

PARÁGRAFO 3º: Os empregados que nos meses destinados aos descontos desta contribuição estiverem afastados do trabalho por qualquer motivo, terão o desconto no mês seguinte ao retorno ao trabalho, o mesmo se aplicando aos empregados admitidos após os meses de maio/2009 e novembro/2009, exceto aqueles que já tenham efetuado a contribuição em outra empresa na mesma categoria profissional;

- SINDICATO DE RIO VERDE: Com fundamento na decisão emanada da Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 22 de março de 2009, os empregadores se obrigam a descontar compulsoriamente do salário de seus empregados, a importância equivalente a 5% (cinco por

cento) em maio/2009 e 5% (cinco por cento) em novembro/2009, ou no mês subseqüente à admissão.

PARÁGRAFO 1º: Os descontos previstos neste Capítulo ficam limitados à parcela salarial de 10 (dez) salários mínimos.

PARÁGRAFO 2º: As importâncias descontadas serão depositadas pelas empresas até 5º dia útil do mês subseqüente ao desconto na folha de pagamento do empregado, em qualquer agência do Caixa Econômica Federal, para crédito do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil e do Mobiliário de Rio Verde-Go conta número 0505-6, Agência 0566, Operação 03 Rio Verde Goiás.

PARÁGRAFO 3º: Os empregados que nos meses destinados aos descontos desta contribuição estiverem afastados do trabalho por qualquer motivo, terão o desconto no mês seguinte ao retorno ao trabalho, o mesmo se aplicando aos empregados admitidos após os meses de

maio/2009 e novembro/2009, exceto aqueles que já tenham efetuado a contribuição em outra empresa na mesma categoria profissional;

- **SINDICATO DO SUDOESTE GOIANO:** Com fundamento na decisão emanada da Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 22 de março de 2009, os empregadores se obrigam a descontar compulsoriamente do salário de seus empregados, a importância equivalente a 5% (cinco por cento) em maio/2008 e 5% (cinco por cento) em novembro/2009, ou no mês subsequente à admissão.

PARÁGRAFO 1º: Os descontos previstos neste Capítulo ficam limitados à parcela salarial de 10 (dez) salários mínimos.

PARÁGRAFO 2º: As importâncias descontadas serão depositadas pelas empresas até 5º dia útil do mês subsequente ao desconto na folha de pagamento do empregado, em qualquer agência da Caixa Econômica Federal para crédito do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil e do Mobiliário do Sudoeste Goiano, Conta número 0505-6, Agência 0566, Operação 03 - Rio Verde - Goiás.

PARÁGRAFO 3º: Os empregados que nos meses destinados aos descontos desta contribuição estiverem afastados do trabalho por qualquer motivo, terão o desconto no mês seguinte ao retorno ao trabalho, o mesmo se aplicando aos empregados admitidos após os meses de maio/2009 e novembro/2009, exceto aqueles que já tenham efetuado a contribuição em outra empresa na mesma categoria profissional;

- **FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES:** Com fundamento na decisão emanada da Reunião do Conselho de Representantes, realizada em 25 de março de 2009, os empregadores se obrigam a

descontar de seus empregados, compulsoriamente e de uma só vez, nos meses de maio e novembro de 2009 ou no 1º mês de serviço do empregado admitido após esta data até 30 de abril de 2010 o equivalente a 5% (cinco por cento) do salário mensal de cada empregado, qualquer que seja a forma de prestação de serviço e pagamento, a título de Contribuição Assistencial à Convenção Coletiva de Trabalho.

PARÁGRAFO 1º: Os descontos previstos neste Capítulo ficam limitados à parcela salarial de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

PARÁGRAFO 2º: Os descontos previstos nesta cláusula deverão ser recolhidos em favor da Federação dos Trabalhadores até 5º dia útil do mês de julho de 2009 e o 5º dia útil do mês de dezembro de 2009, respectivamente, após a sua efetivação em folha de pagamento, na Caixa Econômica Federal, Agência 012, Conta Corrente nº 078.949-6, sito na Avenida Anhanguera, 5829, Centro, Goiânia/Go. Nas outras jurisdições da base territorial da Federação Profissional em que não houver o respectivo banco, o recolhimento poderá ser feito nas Casas Lotéricas ou em qualquer agência bancária local, até o vencimento.

PARÁGRAFO 3º: Os empregados que nos meses destinados aos descontos desta contribuição estiverem afastados do trabalho por qualquer motivo, terão o desconto no mês seguinte ao retorno ao trabalho, o mesmo se aplicando aos empregados admitidos após os meses de maio/2009 e novembro/2009, exceto aqueles que já tenham efetuado a contribuição em outra empresa na mesma categoria profissional;

O valor do desconto remetido à Entidade Profissional deverá constar da folha ou envelope de pagamento e será anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social, nas páginas de anotações gerais, contendo a data em que for feito o desconto, a importância e a sigla da Entidade Classista Laboral correspondente.

As empresas permitirão que empregados credenciados das Entidades Convenientes entrem em contato com o Chefe de escritório ou de pessoal, para com os mesmos tratar sobre as contribuições aqui previstas, tendo inclusive, acesso ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados e RAIS.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS PENALIDADES

As empresas que fizerem a retenção e não efetuar a remessa dos valores aqui previstos, dentro do prazo estabelecido, ficarão obrigadas a recolher a referida contribuição, independente de correção diária que será devida a partir da constituição da mora.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - O MENOR APRENDIZ

O menor aprendiz é isento dos descontos da taxa de convenção prevista neste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

– Conforme decisão da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás realizada no 06/05/2009 os empregadores abrangidos pela presente Convenção, associados ou não se obrigam a recolher a favor do Sindicato Patronal, o equivalente a 1/30 (um trinta avos) da folha de pagamento bruto da empresa, com base no mês de agosto/09.

PARÁGRAFO 1º - A data limite para recolhimento da Contribuição Assistencial do Empregador é 30 de setembro/09.

PARÁGRAFO 2º - O recolhimento deverá ser feito na sede do Sindicato Patronal, sito a Av. Anhanguera, 5.440, Edifício Palácio das Indústrias, 5º andar, sala 504, em guias fornecidas pelo Sindicato, ou na Caixa Econômica Federal, Agência 0012, para crédito do Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás, conta nº. **79.574-7**.

PARÁGRAFO 3º - O pagamento após o prazo acarretará nos seguintes acréscimos: a) Juros de mora de 1% (um por cento) ao mês; b) Multa de mora de 10% (dez por cento) ao mês.

DIREITO DE OPOSIÇÃO AO DESCONTO DE CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS OPOSIÇÕES

Fica assegurado aos trabalhadores o direito de oposição ao desconto previsto nesta convenção da seguinte forma: Individualmente e por escrito perante a secretaria do respectivo Sindicato ou individualmente e por escrito na empresa nos casos de Sindicato de base Estadual, nos Municípios onde não haja sub-sede ou delegacia Sindical até 10 (dez) dias após a sua efetivação em folha de pagamento.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO CONTROLE ESTATÍSTICO

As empresas remeterão mensalmente ao Sindicato Profissional a relação dos empregados admitidos e demitidos dentro de cada mês, para fins de controle estatístico, através de cópias do CAGED.

DISPOSIÇÕES GERAIS**MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS****CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO DE COMPETENCIA**

Os empregados que prestarem serviços para firmas que tenham matriz, escritório, filial ou sub-escritório e que contratarem empregados na jurisdição das Entidades Convenentes e enviados a outras localidades, terão como foro competente, as localidades do contrato, na jurisdição das Entidades Convenentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DAS CONTROVERSAS

As controvérsias oriundas das relações entre empregados e empregadores decorrentes da presente Convenção serão dirimidas pela Justiça do Trabalho e pelos Juizes de Direito, quando investidos nesta função.

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO CUMPRIMENTO DAS CLAUSULAS CONTRATUAIS**

Serão deveres e obrigações dos empregados, dos empregadores e das entidades convenentes cumprirem e fazer cumprir as normas aqui estabelecidas.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DAS MULTAS**

– Fica estipulada uma multa de 10% (dez por cento) do salário mínimo, para quaisquer das partes que infringir as Cláusulas da presente Convenção.

PARÁGRAFO 1º - Se a infração for por parte do empregador, a multa será revertida ao empregado ou a Entidade Laboral quando for o caso.

PARÁGRAFO 2º - No caso do empregado ser o infrator, a multa será descontada a favor da empresa em seus direitos trabalhistas.

OUTRAS DISPOSIÇÕES**CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DAS COPIAS E RECIBOS DE DOCUMENTOS**

– Ficam as empresas, se solicitadas pelo empregado, obrigadas a fornecer cópias de comunicação de suspensão, advertências, aviso prévio e rescisões, no momento em que forem assinados, ficando também obrigadas a fornecer recibos de documentos entregues por seus empregados para qualquer finalidade, discriminando os documentos recebidos e as datas de recebimentos e devolução dos mesmos, ocasião em que o empregado dará recibo dos documentos devolvidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DA COMUNICAÇÃO AOS FAMILIARES DO ACIDENTADO

A empresa se obriga a comunicar imediatamente aos familiares do acidentado, quando o mesmo tiver de ser levado diretamente do local de trabalho para hospitalizar-se, indicando-lhes o nome e endereço do hospital.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ASSINATURAS

E, por estarem justas e convencionadas, firmam as partes a presente Convenção Coletiva de Trabalho, para que produza seus legais e jurídicos efeitos observados o disposto no artigo 614, da CLT.

PATROCINIO BRAZ CONCENTINO
PRESIDENTE
FEDERACAO TRAB IND CONSTRUCAO MOB EST GOIAS TOCANTINS

PATROCINIO BRAZ CONCENTINO
MEMBRO DE DIRETORIA COLEGIADA
SINDICATO DOS TRABS NAS INDS DA C E DO MOB DE GOIANIA

LUIS CARLOS DA SILVA
PRESIDENTE
SINDICATO DOS TRAB NAS IND DA CONST MOB DE ITUMBIARA GO

DIONISIO SILVA DUTRA
PRESIDENTE
SINDICATO TRAB INDUSTRIA CONST MOBILIARIO DE JATAI

JOSE PAULO DE FREITAS SILVA
PRESIDENTE
SINDICATO DOS TRAB NAS INDUSTRIAS DA CONST MOB SAO SIMA

ANTONIO MARTINS FERREIRA
MEMBRO DA JUNTA GOVERNATIVA
SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONST CIVIL SUD GOIANO

JOSE LUIS MARTIN ABULI
PRESIDENTE
SINDICATO IND GESSO DECOR ESTUQUES E ORNATOS EST GOIAS